

Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no séc. XIX

BARMAN, Roderick J.
São Paulo: Editora UNESP, 2005. 350p.
(Tradução de Luiz Antônio Oliveira Araújo)

Fabrizio Romani Gomes*

A princesa Isabel é uma das grandes figuras da história do Brasil. Mesmo assim, os estudos acadêmicos sobre ela ainda são escassos. A biografia escrita por Barman vem auxiliar no preenchimento desta lacuna. Como diz o próprio autor, após a morte de D. Isabel em 1921, foram publicadas apenas três biografias a seu respeito. Dessas, duas foram publicadas em 1941, sendo a autoria de Pedro Calmon e Hermes Vieira, e a terceira publicada em 1989 com a autoria de Lourenço Lacombe.¹ Além dessas, também é importante destacar a obra de Robert Daibert Júnior publicada em 2004.²

Barman é membro do Departamento de História da *University of British Columbia* desde 1971. Sobre o Brasil escreveu *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891* [O imperador cidadão: D. Pedro II e a construção do Brasil 1825-1891], recebendo por essa obra o *Warren Dean Prize* de 2001, na categoria de melhor livro de História do Brasil. Para a realização

¹ BARMAN, p. 16.

² DAIBERT Jr., Robert. *Isabel, a "Redentora" dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

* *Fabrizio Romani Gomes*, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista da Capes.

da biografia de D. Isabel, o autor pesquisou no Museu Imperial de Petrópolis, no Arquivo Histórico e Geográfico Brasileiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Pernambuco, e ainda, pesquisou em acervos particulares, tendo acesso a cartas, fotografias e outros documentos familiares. Mas, cabe destacar o uso das cartas pessoais trocadas entre D. Isabel e seus familiares e amigos, sendo essas as principais fontes utilizadas.

A partir da análise dessa documentação, o autor busca alcançar três objetivos. O primeiro seria deixar a princesa falar por si só. Para isso, Barman insere em sua obra trechos de cartas e das memórias de D. Isabel, oportunizando ao leitor um contato direto com os escritos da biografada, o que possibilita um melhor entendimento a respeito dos posicionamentos assumidos pela princesa, tanto nos assuntos públicos como nos privados. Outro objetivo do autor é focar as mulheres de elite do século XIX, demonstrando como elas eram *moldadas* em uma estrutura baseada na subordinação e na exploração. E ainda, busca “usar a vida da princesa como veículo para a compreensão da reciprocidade entre gênero e poder no século XIX”³.

³ BARMAN, p. 12.

Na primeira parte do livro, intitulada *Gênero e Poder no Brasil Imperial*, o autor aponta para os casos de nove mulheres que ocuparam funções de autoridade em seus países, entre elas D. Isabel. Barman enfoca as dificuldades encontradas por essas mulheres, que teriam recebido uma educação que as habilitava a desempenhar as funções típicas de uma mulher do século XIX, mas que, em determinado momento de suas vidas assumem a autoridade máxima em seus países. Essas mulheres além de filhas, noivas, esposas e mães teriam que desempenhar ainda, o papel de governantes. Assim, a partir da vida de D. Isabel, o autor analisa os diversos papéis desempenhados pela biografada durante sua vida utilizando-se do termo *gênero*, que segundo ele “significa as divisões sociais e

culturais geralmente fundamentadas no sexo anatômico, mesmo que não necessariamente coincidentes com ele. Tais divisões são relativas, isto é, construídas. Seu significado, interpretação e expressão variam nas diferentes culturas e no tempo. Fatores como classe, idade, raça, etnia e orientação sexual influenciam o modo como cada gênero é construído”.⁴

⁴ BARMAN, p. 22.

D. Isabel, dessa forma, foi *construída* para desempenhar funções atribuídas ao seu gênero. As mulheres de sua classe social deveriam ser filhas obedientes, noivas honradas, esposas dedicadas a família, e ainda, no caso da princesa teria a obrigação de gerar sucessores, de preferência homens, para que futuramente assumissem o poder. Nos quatro capítulos seguintes da obra, Barman analisa a performance da princesa no cumprimento das suas funções de *filha* (1846-1864), *noiva* (1864-1865), *esposa* (1865-1872) e *mãe* (1872-1881).

A vida de D. Isabel, de 1846-1864, como *filha*, foi marcada pela dedicação ao estudo. Era exigido da princesa uma dedicação de nove horas e meia por dia, seis dias por semana, para o estudo. Sua educação fora diferenciada da maioria das meninas de sua época. Além de dedicar-se aos conhecimentos específicos de mulher, ela deveria educar-se, preparar-se, para um dia ocupar o trono do império brasileiro. Mesmo assim, D. Pedro II não acreditava na capacidade de uma mulher governar sozinha. Dessa forma, em 1863, o imperador inicia a procura por um marido adequado para a filha. A *noiva* não interferia nessa escolha, sabia do seu destino, e era educada para aceitá-lo de bom grado.⁵

⁵ BARMAN, p. 78.

Com o casamento, a *esposa*, dedicou-se em desempenhar suas funções. Como diz o autor, “o fato de ser herdeira do trono não alterava nem abrandava suas obrigações conjugais, [...] a determinação da princesa em ser uma esposa-modelo plasmou-lhe a vida”.⁶ D. Isabel realizava leituras indicadas pelo pai e

⁶ BARMAN, p. 122.

pelo marido, e nos períodos em que foi regente sempre se aconselhou com eles antes de tomar qualquer decisão. Como D. Pedro II ainda era jovem, D. Isabel procurou fazer as coisas do jeito de seu pai, sendo obediente, agindo de forma adequada para a época, satisfazendo as expectativas do imperador e da sociedade em geral.

A princesa vinha desempenhando suas atividades de forma exemplar, tanto no espaço público como no privado. Mas, ela ainda não tinha dado um filho ao marido, ou seja, ainda não tinha dado à luz ao seu sucessor. A *mãe* Isabel enfrentou dificuldades para realizar tal tarefa. Somente depois de sete anos de casamento ela deu sinais de estar grávida. Mas, a gravidez não se confirmou. Depois sofreu um aborto e teve uma criança nascida morta. Somente depois de onze anos de casamento é que D. Isabel vai completar sua função de esposa com a chegada de seu primeiro filho.

A partir do sexto capítulo do livro, *A Aspirante a Imperatriz (1881-1889)*, a vida privada de D. Isabel é deixada em segundo plano. Aqui o autor passa a apresentar a princesa em suas atividades públicas, e comenta sobre algumas mudanças no discurso sobre o gênero. Barman aponta para relações mais complexas e maleáveis entre os gêneros no final do século XIX.⁷ No entanto, mesmo com tais mudanças, o relacionamento de D. Isabel com o marido continuou sendo regrado pelas normas mais tradicionais. Nesse período a princesa assume mais uma vez a regência, sendo que nesta ocasião, com o imperador velho e doente, D. Isabel se mostra interessada pelos negócios públicos e determinada a governar. Indício dessa vontade foi a assinatura da Lei Áurea.

Com isso, a princesa conquistou popularidade entre a massa de brasileiros, que passou a chamá-la de *Redentora*.⁸ Entre as elites, ou seja, entre aqueles que detinham prestígio, poder político e econômico no

⁷ BARMAN, p. 221.

⁸ BARMAN, p. 255.

país, sua imagem passou a representar insegurança. Muitos passaram a *odiá-la* após a libertação dos escravos. Além disso, a religiosidade da princesa e sua conseqüente aproximação com o papa, geraram críticas e desconforto. Os políticos “achavam-na perigosa, imprevisível em seus atos e inclinada a ser dirigida não por eles, mas pelo marido e, ao que tudo indicava, também pelo papa”.⁹

⁹ BARMAN, p. 259.

Proclamada a República, a família real acabou sendo banida do Brasil. D. Isabel e sua família foram embora para a Europa e lá reorganizaram a vida. Nos seus últimos momentos aqui no Brasil, “todos os preconceitos de gênero foram mobilizados contra ela, que era retratada como reacionária e fanática religiosa”.¹⁰ Antes de morrer em 14 de novembro de 1921, D. Isabel já tinha perdido dois de seus três filhos, e somente depois de morta, conseguiu voltar ao Brasil.

¹⁰ BARMAN, p. 295.

A biografia elaborada por Barman contribui para um melhor entendimento sobre a postura de D. Isabel no exercício do poder como regente. Demonstra claramente as dificuldades enfrentadas pela princesa para que pudesse exercer o poder de uma forma independente. Exerceu a regência em diversos momentos, acumulando essa função a outras, como, de *filha, mãe e esposa*, preocupando-se em exercer de forma exemplar essas últimas, pois, eram consideradas as principais atividades de seu gênero na época. Como regente a princesa foi influenciada pelo pai e pelo marido, não assumindo uma postura autônoma. Ela seguiu os padrões da época. Não lutou por uma maior independência, essa só foi conquistada com o tempo, e mesmo assim, foi limitada. A partir da vida de D. Isabel o autor apresenta um retrato da situação das mulheres de elite no século XIX, que tinham um campo de atuação restrito, na maioria das vezes, ao espaço doméstico.